



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

Especialização em Comunicação e Saúde

CES

**NOTÍCIAS DO MASSACRE EM PAU D'ARCO: A PRODUÇÃO
DE SENTIDO SOBRE AS MORTES POR VIOLÊNCIA NO
CAMPO**

Júlia Cardoso de Souza da Matta Machado

Modalidade: Pré-projeto
Orientador: Kátia Lerner

Rio de Janeiro, 2019



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ICICT
Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

NOTÍCIAS DO MASSACRE EM PAU D'ARCO:

A produção de sentidos sobre as mortes por violência no campo

por

JÚLIA CARDOSO DE SOUZA DA MATTA MACHADO

Rio de Janeiro, fevereiro de 2019



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SAÚDE

NOTÍCIAS DO MASSACRE EM PAU D'ARCO:

A produção de sentidos sobre as mortes por violência no campo

por

JÚLIA CARDOSO DE SOUZA DA MATTA MACHADO

Trabalho apresentado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Comunicação e Saúde.

Modalidade de trabalho: Projeto de Pesquisa

Orientadora: Kátia Lerner

Rio de Janeiro, fevereiro de 2019

RESUMO

O presente projeto tem como objetivo compreender a produção social de sentidos sobre as mortes por violência em situações de conflito por terra no campo no estado do Pará e suas dinâmicas de (in)visibilidade em produtos midiáticos noticiosos. As investigações empreendidas na pesquisa abrangem duas dimensões: no âmbito da produção, se voltam para investigar lógicas e estratégias discursivas presentes nestes textos informativos, e no domínio da circulação, procura perceber como esses textos se relacionam e se remetem, as possíveis afetações mútuas que os atravessam. Compreendendo a centralidade do comunicativo na sociedade contemporânea, o encaminhamento da pesquisa leva em consideração as novas configurações que envolvem as práticas comunicativas e seus interlocutores, afetando tanto eixo da produção quanto o da circulação, a partir dos ambientes de interação que surgem com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.

Palavras-chave: luta por terra; massacres no campo; visibilidade

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. JUSTIFICATIVA.....	9
3. OBJETIVOS.....	11
3.1 Objetivo geral.....	11
3.2 Objetivos específicos.....	11
4. A QUESTÃO DOS CONFLITOS DE TERRA NO BRASIL.....	12
4.1 Breve histórico sobre a questão agrária e os conflitos de terra no Brasil.....	12
4.2 Mortes e massacres no campo.....	20
5. EMBASAMENTO TEÓRICO.....	27
5.1 Comunicação e poder no Brasil.....	27
5.2 Comunicação e poder em novos cenários comunicacionais.....	33
6. METODOLOGIA.....	38
7. CRONOGRAMA.....	41
8. REFERÊNCIAS.....	42

1. INTRODUÇÃO

As mortes relacionadas à violência configuram um quadro preocupante nas estatísticas mundiais de saúde. As taxas dos países da América, em especial da América do Sul, comumente se destacam em documentos produzidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em relação aos demais países. Segundo o relatório “World Health Statistics 2018”, da OMS, entre 2015 e 2016 o Brasil passou a ter a sétima maior taxa de homicídios dos países da América.

Há uma variedade grande de instituições voltadas a produzir indicadores de violência no país. Para além de pesquisas e registros documentais, a violência atravessa o cotidiano, seja enquanto uma das principais preocupações que afetam a vida da população, seja como assunto que aparece com regularidade em jornais e em diversos meios de comunicação, não sendo raro que indivíduos se deparem com violências de diferentes formas em distintas circunstâncias, o que intensifica a importância dessa temática nos debates que envolvem o poder público e a sociedade. A violência nas cidades é uma questão recorrente tanto na mídia como em conversas corriqueiras do dia a dia. Nas eleições presidenciais de 2018, a segurança pública esteve fortemente presente nas agendas dos debates, travando discussões com diferentes abordagens que vão da legalização do porte de armas, ao aumento do efetivo policial, passando por argumentos sobre reforço nas punições em crimes envolvendo violência. Diariamente temos contato com situações em que distintas faces da violência são manifestadas. Notícias que relatam consequências de uma tentativa de assalto, conflito entre policiais e traficantes em determinada favela, casos de violência doméstica, entre tantos outros são relatados com frequência em produtos midiáticos.

Se estes temas mobilizam distintas esferas – a política, a mídia, o cotidiano -, constituindo-se um dos pontos centrais de nossas preocupações, entretanto, outras formas e dimensões da violência igualmente importantes não têm o mesmo estatuto e visibilidade, como os conflitos que atingem populações rurais, trabalhadores do campo, e grupos envolvidos na luta por demarcação de terras e reforma agrária. É a partir de tal constatação que se estruturam os eixos para as investigações empreendidas nesta pesquisa.

A morte, bem como o tema da violência, é presença diária nos jornais. Aparece em notícias sobre catástrofes naturais, acidentes de trânsito, relacionadas a violência de diversas naturezas, em dados estatísticos, em situações inusitadas e/ou trágicas,

quando figuras públicas morrem, etc. A frequência de matérias que abordam episódios de morte sinaliza esta como critério de noticiabilidade. No entanto, existem características que interferem na importância que determinada morte tem para ser noticiada, e ainda, variadas formas de abordagem e tratamento. Enquanto algumas mortes viram destaque, como a de celebridades, que recebem intensa cobertura, tratamento individualizado, ou mortes em grande escala decorrente de desastres naturais, abordadas muitas vezes em números estatísticos, outras situações de morte são tratadas de modos diferenciados. Essas mortes em situações de conflitos por terra, a partir da perspectiva comunicacional, podem ter distintos níveis de visibilidade, assim como distintos sentidos, o que pode ser mensurado, entre outras coisas, pelos modos como circunstâncias e envolvidos são colocados, ou não, em mídias tradicionais. As narrativas elaboradas sobre elas podem variar de acordo com quem as produz, em quais meios são veiculadas, e quais interesses políticos e econômicos atravessam essas construções discursivas.

A violência no campo é uma realidade dos sujeitos inseridos nessas localidades. Os assassinatos de lideranças e trabalhadores, em situações de disputa com latifundiários, são ocorrências que se corporificam em dados por organizações preocupadas com essa temática, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Compreendendo que a ocorrência contínua de mortes em conflitos por terra, e as maneiras como são abordadas na mídia, podem sugerir a pouca ou nenhuma relevância que essas mortes têm, nos indagamos aqui quanto a abordagem das mídias sobre tais episódios, se existe substancialmente uma produção noticiosa nos meios de comunicação de massa, e, caso exista, como se caracterizam essas construções. Esta questão é tensionada pela importância diferenciada que algumas mortes parecem ter não só para a mídia, como também para o poder público e para a sociedade como um todo. Ainda que noticiada pela mídia, parece não haver uma percepção da gravidade dessas ocorrências. Os sujeitos envolvidos nas disputas por terra, que lutam pelo direito ao trabalho e moradia digna, são pobres, negros, índios, fazem parte das populações periféricas que se encontram privadas de diversos direitos estabelecidos na Constituição de 1988, e que deveriam estar assegurados pelo Estado.

Esse trabalho tem como objetivo compreender, a partir da ideia que mortes por conflito no campo permanecem tendo baixa relevância midiática e social, como operam as dinâmicas de invisibilidade, os dispositivos de enunciação de apagamento

e os modos de produção da inexistência pela cobertura noticiosa sobre as mortes em tais situações ocorridas estado do Pará. Eventos que não estão circunscritos no contexto urbano, que ocorrem fora das grandes capitais, em regiões rurais do país.

A hipótese de que esses episódios têm pouca visibilidade é considerada a pelo entendimento que a problemática da visibilidade, enquanto questão de pesquisa, tem várias dimensões, não apenas dos homicídios, mas também dos mortos, pelo recorte social no qual estão inseridos. A possível escassez a de notícias que abordem situações de violências às quais parcela da população é submetida nos parece um ponto importante para reflexão, questionamento que se mostra pertinente quando admitimos que as notícias não só retratam a realidade social, como a constituem, e atingem o cenário político e os debates públicos.

Nosso olhar se volta para os discursos veiculados em jornais impressos produzidos por grandes empresas de comunicação, inseridos no que pode ser compreendido como mídia convencional. Considerando o atual contexto de desenvolvimento de tecnologias de comunicação, onde textos e materiais localizados nos novos dispositivos midiáticos desenvolvidos na internet imprimem novas dinâmicas para prática discursiva e para circulação de textos, a presença de determinados temas nos jornais impressos ainda é ser considerada um forte indicador de visibilidade, tendo em vista a credibilidade que reveste os conteúdos neste meio.

Diversos são os questionamentos motivam esta pesquisa: como o relato das situações de mortes em conflitos por terra é organizado na imprensa? Que dimensões esses acontecimentos ganham, considerando o novo ambiente de aumento de volume de textos informativos e de circulação mais veloz, que afeta tanto a produção discursiva por atores hegemônicos, como por atores mais periféricos?

Procuramos investigar como essas mortes podem ser invisibilizadas na mídia, e ainda, como tal premissa pode contribuir para manutenção dessas práticas (desse cenário?) Para isso, questionamos como os episódios de morte em consequência de violência relacionados a conflitos por terra são tratados pela imprensa, abrangendo distintas dimensões, como por exemplo a análise quanto às maneiras diferenciadas de retratar os sujeitos envolvidos nestas situações - camponeses, indígenas, lideranças de movimentos sociais, proprietários de terra e servidores públicos.

Além da constatação de que textos que circulam na imprensa comunicam sobre os acontecimentos relevantes para a sociedade, compreendemos que os produtos dos meios de comunicação têm papel significativo na construção de

percepções sobre os acontecimentos, trazendo reverberações nas relações sociais e nos debates que envolvem a sociedade e o poder público.

Partindo do pressuposto que os discursos informativos que circulam nos jornais tensionam o debate público e mobilizam decisões política, procuramos analisar como mortes decorrentes da violência em situações de conflito por terras estão representadas nesses discursos. Na atualidade, tendo em vista o acelerado desenvolvimento tecnológico, os textos são atravessados por novas dinâmicas de produção e circulação. Outros sujeitos passam a ter possibilidade de enunciação a partir dos dispositivos atuais, trazendo novas narrativas para o contexto midiático, ainda que com relevância e alcance desiguais. Esta mudança nas dinâmicas reverbera paralelamente no raciocínio e nas práticas discursivas das mídias tradicionais.

A presença, ou ausência, de narrativas sobre estes cenários trágicos, nos levam a questionar que mortes importam e também traduzem reflexões importantes para pensar as condições de vida e de saúde de determinadas populações. Compreendemos, a partir das elaborações dos pesquisadores Araujo, Moreira e Aguiar (2013) sobre comunicação negligenciada, que a comunicação, como instância que confere ou não visibilidade para determinadas circunstâncias e para os sujeitos que estão envolvidos, pode ser percebida não apenas como indicador de negligência, mas também como produtora dessa negligência. Essa capacidade se materializa pela ausência ou espaço extremamente reduzido para enunciações desses sujeitos, e para narrativas sobre as realidades sociais que estão inseridos, ou ainda, a depender de como essas narrativas são construídas. Tais circunstâncias configuram um contexto de invisibilidade das condições de vida de determinadas grupos que acaba por aprofundar o descaso e a falta de atuação do Estado frente aos problemas por eles enfrentados, tendo em vista que, como colocado pelos autores citados acima, no atual cenário de forte presença dos dispositivos de informação e de excessiva visibilidade,

os indivíduos passam a ser levados em consideração a partir do momento em que se produzem informações a seu respeito ou que têm acesso aos meios de produção e circulação de suas ideias e propostas, produzindo assim sua própria visibilidade (ARAUJO; MOREIRA; AGUIAR, 2013, p.5)

Essa constatação nos leva à premissa de que podemos nos autonearmos ou sermos nomeados e referenciados por outros agentes. Compreendendo que ser

nomeado ou se autonear confere existência, outra modo da comunicação atuar como produtora de negligência está relacionado com as maneiras de ser reconhecido a partir da forma como se é nomeado. Assim “a visibilidade dos nomeados nem sempre é positiva, muitas vezes deslizando para o território das discriminações, do preconceito ou – o que é pior – da indiferença” (ARAUJO; MOREIRA; AGUIAR, 2013, p.6). É provável que as pessoas e populações inseridas em contextos de conflito por terra e as disputas travadas apareçam, ainda que pouco, em produtos noticiosos que circulam nos diversos meios de comunicação. No entanto, percebemos que a questão vai além dessas situações e sujeitos constarem ou não em textos informativos, importa também, e principalmente, como aparecem, como são referenciados. Em outras palavras, estas circunstâncias podem ter determinada visibilidade, mas a forma que as narrativas são construídas por vezes desqualificam tais situações e sujeitos, acabando por perpetuar a negligência e as desigualdades. Ou seja, como a visibilidade dos fatos é construída ainda pode levar a formação de apagamentos. Isso está relacionado aos modelos de comunicação que predominam ainda hoje na sociedade, que a tomam na sua dimensão instrumental como ferramenta de divulgação de conhecimento, fazendo propício

o privilegiamento da fala institucional e a desqualificação de outras vozes e saberes; desconsiderar os contextos específicos, tratando a diversidade de situações e de pessoas como um bloco amorfo e caracterizado, na melhor das hipóteses, pela noção de perfil estatístico; tratar a comunicação como informação, ignorando sua dimensão de interlocução. Deste modo, não se abre espaços para a criação de canais de escuta que seriam, no seu reverso, canais de expressão da população, que poderia assim contribuir muito para a compreensão de suas reais necessidades (ARAUJO; MOREIRA; AGUIAR, 2013, p.8)

A visibilidade é um ponto chave para participação de indivíduos e grupos no espaço público, e para consideração dos mesmos na elaboração de políticas públicas. Percebemos que para incorporar essas reivindicações e necessidades das populações nos debates oficiais, e para orientar tomadas de decisão buscando reverter quadros de desigualdade que sujeitos e populações vivenciam, se faz imprescindível “uma comunicação que possibilite os indivíduos acesso às informações, mas também seu lugar de fala, sua capacidade de interação, intervenção e autonomia nas ações que lhe dizem respeito” (ARAUJO; MOREIRA; AGUIAR, 2013, p.7).

Olhar para as relações do jornalismo e dos textos informativos na construção de percepções de justiça social, de naturalização ou problematização das desigualdades sociais, compreende que essas questões se relacionam com o conceito ampliado de saúde. Tal ampliação trouxe para o campo debates sobre o arranjo da vida social a partir do modelo político e econômico que rege a sociedade. Examinar discursos da imprensa, tendo em vista esse alargamento no pensamento da saúde, não se restringe a uma consideração afastada da realidade social voltada para fatores isolados que afetam as condições de saúde das populações, mas procura olhar para essa realidade social a partir das formas de organização da sociedade, da distribuição de renda, das lógicas de trabalho, e da própria estrutura socioeconômica dominante no mundo contemporâneo, entendendo que reflexões que compreendem o conceito ampliado de saúde envolvem essa contextualização.

As mortes retratadas no espaço público falam das circunstâncias que indivíduos e populações vivenciam. Tomando o conceito de determinação social da saúde, a partir da epidemiologia crítica desenvolvida pela saúde coletiva, esse pensamento desencadeia uma relação investigativa mais profunda entre a ordem do social, as condições de vida, e saúde, trazendo instâncias como sistema econômico, trabalho e estrutura de classe para os debates da saúde coletiva.

Entendendo discurso, segundo Foucault (1979), como prática criadora de objetos e sujeitos com falas autorizadas, e tomando a centralidade da comunicação na sociedade contemporânea, o campo da comunicação se manifesta como instância relevante na construção do imaginário e de redes de sentido na atualidade. Neste trabalho, através da investigação de textos da imprensa sobre mortes por violência que atingem sujeitos localizados na periferia tanto territorial quanto discursiva, buscamos compreender potenciais relações entre práticas comunicativas e condições de saúde de determinadas populações, a partir do entendimento que os campos aqui envolvidos, da saúde e da comunicação, seus atores e lógicas diferenciadas, se atravessam e afetam mutuamente. Essa perspectiva é fundamentada através das proposições do sociólogo Bourdieu (2010) sobre campos sociais, compreendidos como espaços heterogêneos, porosos, com regras, dinâmicas e valores próprios, lugar nos quais atores sociais com posições e capitais distintos travam disputas.

Remetemos aqui a um conhecimento interdisciplinar em processo de construção, que procura vislumbrar zonas de contato, interfaces da comunicação com a saúde. Entendemos que os conteúdos produzidos e difundidos no campo da

comunicação deveriam retratar de forma justa e legítima as diversas condições de vida das populações, tendo em vista a extensão do Brasil, as particularidades regionais e os quadros de desigualdades sociais aqui encontrados. Pensar a prática noticiosa desta forma busca aproximar a comunicação e o desenvolvimento de um conhecimento sobre as situações sociais da população. Tal conhecimento pode fornecer referências importantes para orientação de políticas públicas, como as de acesso à terra, à saúde e de democratização da comunicação, compreendendo que a própria construção do conhecimento sobre determinadas situações requer que novas vozes, que se encontram silenciadas, sejam escutadas.

As lutas do movimento da Reforma Sanitária no Brasil, intensificadas no final da década de 1970, levaram à ampliação do conceito de saúde e a constitucionalização desta enquanto direito, colocando como responsabilidade social do Estado os esforços para garantia do mesmo. Compreenderam também que sua efetivação está intrinsecamente relacionada com outros direitos, como o direito à comunicação, à moradia e trabalho (terra) e convocaram, para o debate da saúde pública, reformas necessárias em outros setores, como no da comunicação e no agrário.

A *VIII Conferência Nacional de Saúde* constitui um marco para saúde pública por seu caráter democrático, e as formulações do relatório final desta serviram de base para a seção da saúde da Constituição de 1988. No texto do relatório encontramos descrito que

a sociedade brasileira, extremamente estratificada e hierarquizada, caracteriza-se pela alta concentração de renda e da propriedade fundiária, observando-se a coexistência de formas rudimentares de organização do trabalho produtivo com a mais avançada tecnologia da economia capitalista. As desigualdades sociais e regionais refletem estas condições estruturais que vêm atuando como fatores limitantes ao pleno desenvolvimento de um nível satisfatório de saúde e uma organização de serviços socialmente adequada. (Relatório final da VIII CNS, 1986, p.05)

No que tange as responsabilidades básicas do Estado quanto ao direito à saúde e para garantir este direito a toda população brasileira, o relatório estabelece

a adoção de políticas sociais e econômicas que propiciem melhores condições de vida, sobretudo, para os segmentos mais carentes da população (...) assegurar na Constituição, a todas as pessoas, as condições fundamentais de uma existência digna, protegendo o acesso ao emprego, educação, alimentação, remuneração justa e propriedade da terra aos que nela trabalham, assim como direito à organização e o direito de greve” (ibidem, p. 07).

As proposições que o documento traz manifestam interdependência de políticas sociais em outros campos e setores para garantia do direito à saúde. A questão dos diferentes contextos sociais e econômicos das populações que compõem a sociedade brasileira está relacionada aos processos históricos implicados na forma como se deu a ocupação dos territórios nacionais, a distribuição das riquezas, a organização do trabalho, etc. Tais arranjos desembocam em iniquidades que refletem na situação de vida, e de saúde, da população, cabendo ao Estado tomar medidas em busca de alterar tal quadro de desigualdades sociais que interferem na condição de saúde das populações e, conseqüentemente, na efetivação do direito a esta.

A concentração fundiária e as condições de acesso a terra aparecem relacionadas a estrutura de desigualdades sociais do país que afetam as condições de vida das populações, e atuam de forma restritiva para o acesso universal e justo à saúde, princípios fortemente sustentados pelo Movimento da Reforma Sanitária como essenciais para a saúde pública.

Quase 40 anos depois que reformas em outros setores da sociedade foram apontadas como necessárias para garantia do direito à saúde, a reforma agrária ainda não se efetivou no país, e a realidade dos meios de comunicação continua apresentando alta concentração dos mesmos na mão de poucos sujeitos e empresas. Se o conceito ampliado da saúde reverbera implicações desta com outras áreas, as condições de comunicação disponibilizadas para a população, bem como as condições de trabalho e moradia, vão interferir na efetivação do direito universal à saúde reconhecido na Constituição e que deve ser garantido pelo Estado. Este trabalho, desenvolvido dentro do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), compreende na interdisciplinaridade essencial do campo que relaciona comunicação e saúde possibilidade para articular questões envolvendo distintos campos sociais que vão atravessar o pensamento da saúde coletiva, e o direito à saúde que ela se empenha em viabilizar

2. JUSTIFICATIVA

Em 2017, ocorreu no Brasil o maior número de mortes no campo por conflitos de terra desde 2003, segundo relatório “Conflitos no campo Brasil 2017”, produzido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) a partir de dados compilados e catalogados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. A CPT lançou, ainda em 2017, uma página na internet em que publica e atualiza registros de massacres no campo desde 1985. Segundo os dados disponibilizados pela organização, os assassinatos de sujeitos originários do campo como trabalhadores rurais sem-terra, indígenas, quilombolas, pescadores, aumentaram de forma significativa desde 2015.

Segundo o relatório da CPT, o estado do Pará, região que circunscreve esta pesquisa, lidera o ranking de assassinatos em 2017 com 21 pessoas mortas. O território foi palco do maior massacre que ocorreu no ano, com dez pessoas assassinadas durante ação de reintegração de posse realizada por policiais civis e militares, na fazenda Santa Lucia/Acampamento Nova Vida, localizada no município de Pau D’Arco.

No evento que ficou conhecido como massacre de Pau D’Arco, todas as mortes decorreram de armas de fogo, e os crimes tiveram característica de execução. Esta circunstância de morte se revela ainda mais preocupante tendo em vista o atual debate sobre segurança pública, que tem como um dos agravantes o decreto de flexibilização da posse de armas para todo território nacional, assinado pelo presidente Jair Bolsonaro 15 dias após a tomada de posse da presidência, em janeiro de 2019.

Essa deliberação pode trazer graves reverberações para um quadro que já se mostra alarmante: o alto índice de mortes por armas de fogo no país. Segundo o Atlas da Violência 2018, elaborado a partir de estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o Pará é o 4º estado com maior número de mortes por armas de fogo, com uma taxa de homicídio de 61-80 por 100 mil habitantes. Estes altos índices de morte por arma de fogo se estendem por todo território nacional:

Entre 1980 e 2016 cerca de 910 mil pessoas foram mortas por perfuração de armas de fogo no país. Uma verdadeira corrida armamentista que vinha acontecendo desde meados dos anos 1980 só foi interrompida em 2003, quando foi sancionado o Estatuto do 5º Desarmamento. (IPEA e FBSP, 2018, p. 4)

A proporção de homicídios por arma de fogo possivelmente terá seus indicadores afetados devido à medida legitimada pelo novo presidente. Outro dado apresentado pelo documento indica em porcentagem a seriedade da atual questão do armamento para o país, quanto às circunstâncias da enorme parcela dos assassinatos que acontecem no Brasil: em 2016, 71,1% dos homicídios foram praticados com armas de fogo. Dentro dessas estatísticas estão circunscritas às diversas situações de morte decorrente de conflitos por terra no campo, tendo em vista que na maioria das vezes as vítimas são executadas a tiros, sobre as quais procuramos abordar, a partir de uma perspectiva comunicacional através da pesquisa acerca da produção noticiosa sobre estes eventos.

Ao se debruçar sobre mortes no campo em conflitos por terra, este trabalho reconhece a relevância social e política de investigar homicídios, especialmente casos que envolvem populações com menor visibilidade, que se encontram na periferia em distintos níveis. O estado do Pará, região para qual a pesquisa se desloca, pode ser visto enquanto periferia territorial e política e econômica, por estar fora do eixo RJ – SP, dois grandes centros metropolitanos do país, o que se torna ainda mais acentuado quando se volta para a zona rural, onde se travam maior parte das disputas por terra.

Um outro nível de periferia importante que marca nosso objeto é o discursivo. Comumente estas populações têm menos espaços para suas falas, além de acesso mais restrito a meios de comunicação, informações, tecnologias etc. Estas circunstâncias acabam acirrando sua periferia política, já que, dessa forma, questões que os atravessam não estão tão expostas na sociedade em geral, condicionando uma participação social mais limitada nos debates que envolvem a população e o Estado e interferindo na consideração, pelo poder público, de suas reivindicações.

A importância de compreender novas dinâmicas de produção e circulação de informação na sociedade contemporânea também integra a pesquisa. Os intensos processos de midiaticização, os diferentes contextos que esses processos articulam e suas relações com os outros campos, trazem configurações fundamentais para compreender a nossa organização social, questão elementar para o desenvolvimento da pesquisa.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Compreender a produção social de sentidos sobre as mortes por violência em situações de conflito por terra no campo no estado do Pará e suas dinâmicas de (in)visibilidade em produtos midiáticos e textos informativos.

3.2 Objetivos específicos

- Identificar quem produz os textos, ou seja, quem são os atores sociais que protagonizam o debate? E quem são os silenciados?

- Investigar de quem se fala nesses produtos.

- Investigar as estratégias discursivas, como se fala. Aqui leva-se em consideração análise de características discursivas como: os temas prevalentes, os modos de dizer, o endereçamento e os dispositivos tecnológicos em que tais produtos são veiculados.

- Ao voltar-se para a circulação, o trabalho procura perceber como esses textos se relacionam e se remetem, as afetações mútuas que os atravessam. Com o desenvolvimento de tecnologias de comunicação e informação, o advento da internet e seus dispositivos, novos espaços de circulação surgem, outras áreas de compartilhamento de notícias e de confluência de textos passam a existir. Compreendemos que conteúdos produzidos nas mídias tradicionais também passam a transitar nesses novos ambientes, e se deparam com narrativas produzidas por outros/diferentes atores.

4. A QUESTÃO DOS CONFLITOS DE TERRA NO BRASIL

4.1 Breve histórico sobre a questão agrária e os conflitos de terra no Brasil

A estrutura fundiária brasileira é marcada historicamente por elevada concentração de terra. Impera no campo o modelo do agronegócio hegemônico com tamanha força, que se encontram cada vez mais reduzidas as formas de agricultura camponesa. Nestes territórios rurais, estão situadas populações que lutam por direitos negados historicamente, como o acesso à terra, moradia e ao trabalho.

A questão agrária no Brasil é de extrema relevância para a estrutura econômica e social do país, tendo em vista a grande amplitude do território brasileiro e a importância da terra como fator de produção para nossa economia. Ao longo do nosso processo de formação territorial, marcado pela exploração e instituição da propriedade privada da terra, a questão agrária se configura de forma conflituosa, com registro de diversos ataques e violências cometidas contra a população rural no decorrer do tempo.

O professor Leonardo Boff (2016) coloca, no texto de apresentação do “Relatório Conflitos no Campo Brasil 2016”, organizado pela CPT, que quatro “sombras” originaram e originam a violência que a população vivencia no Brasil. Segundo ele, essas sombras seriam, em primeiro lugar, nosso passado colonial, marcado por invasão de terras, dominação de povos originários, e que nos levou a valorizar excessivamente e depender do que vem de fora. O segundo ponto colocado é o genocídio indígena que dizimou milhares de tribos, e teve como consequência a conformação de uma sociedade desrespeitosa e discriminadora. A terceira sombra, para ele a mais prejudicial, foi a escravidão, onde sujeitos foram trazidos da África para serem desumanizados e explorados aqui. Nesse momento, segundo Boff, criamos a instituição da Casa Grande e da Senzala, estrutura de divisão que se mostra viva até hoje no pensamento das classes dominantes. A escravidão impulsionou mais uma vez a falta de respeito, e a negação de direitos a grande parte da população. Esse processo está intimamente implicado na nossa formação enquanto país com alto grau de desigualdade social, uma das principais causas de violência.

As classes dominantes, que na época da escravidão eram representadas pelos senhores, segundo o professor, são hoje as elites nas quais fazem parte empresários e grandes proprietários e exercem grande poder de controle nas políticas públicas através dos seus representantes no parlamento. O processo histórico de constituição

nacional, que na sua origem nos colocou a serviço dos colonizadores europeus, como coloca Boff, não teve seu fim com a declaração da independência, e nossa estrutura socioeconômica se mantém fortemente vinculada ao mercado mundial. A última sombra, que guarda intimamente relação com a alarmante situação da violência no campo, é a Lei de Terras do Brasil, de nº 601 de 18 de setembro de 1850.

Segundo esta lei, a apropriação de terras só se faria mediante compra da Coroa, proprietária de todas elas. Com isso os pobres e afrodescendentes, por falta de dinheiro, foram totalmente excluídos e entregues ao arbítrio do grande latifúndio, submetidos a trabalhos sem garantias sociais. (BOFF/CPT, 2016, p. 28)

O desenvolvimento agrário no Brasil, com apoio do Estado, se baseia num modelo propício à alta concentração de terra, renda, e poder, que tem como consequência a exclusão de grande parcela da população do acesso à terra, ao trabalho, a moradia, as mínimas condições dignas de vida. Para dar continuidade a esse modelo de desenvolvimento latifundiário, o uso da força e violência contra os sem-terra é perpetuado, e através de distintas estratégias mantém grande parte da população impedida do acesso à terra.

Boff coloca que a estrutura social e estatal é marcada pela violência contra pobres, negros, camponeses, índios, entre outras minorias que não puderam participar como protagonistas dos processos de divisão das riquezas. Ele ainda pontua que essa violência tem dupla razão: uma é a expansão acelerada do agronegócio sobre terras indígenas e de camponeses, que os pressiona e violenta, e o outro ponto é o movimento de resistência desses povos através da organização coletiva, buscando respaldo em leis e apoio de distintas organizações para se proteger.

Os dados apresentados nos relatórios anuais da CPT fazem análises comparativas que revelam quadros preocupantes. Os índices de violência crescem desenfreadamente, tendo como contraponto a redução das ações dos movimentos populares rurais. As lutas no campo se materializam não como um problema regional, localizado, mas enquanto questão social, um problema político, pois envolvem justiça, saúde, educação, segurança, o poder público como um todo. O que percebemos é que na atual conjuntura, quando os números estatísticos de realidades sociais do campo mostram uma baixa, como os indicadores de trabalho escravo, isso decorre de um encolhimento da ação do Estado, de mecanismos de fiscalização por exemplo,

o que pode ser relacionado aos interesses econômicos e políticos que nossos representantes partilham com a classe dominante, que busca multiplicar seus rendimentos através da exploração da terra e do trabalho humano, com os reis do agronegócio.

Os crimes que acontecem em situações de conflito por terras muitas vezes permanecem sem ação efetiva da justiça, em decorrência das relações que latifundiários mantêm com juízes, delegados e políticos. O ambiente no campo parece se tornar cada vez mais ameaçador nos últimos anos, marcado por perseguições, destruição de plantações, expulsão de famílias e assassinatos.

Segundo o geógrafo Claudemir Martins Cosme (2018), no relatório produzido pela CPT sobre os conflitos de terra em 2017, o debate acerca da reforma agrária no Brasil tem início na segunda metade do século XX, tendo como marco as discussões que se colocaram para elaboração da Constituição Federal de 1946, e as lutas das Ligas Camponesas entre os anos 1950 e 1960, defendendo a reforma agrária sob controle dos camponeses. Essa questão é mantida a duras penas no debate público pela atuação política destes sujeitos organizados através dos movimentos sociais. Ao longo do tempo, foram elaborados distintos planos e projetos para a reforma agrária, como por exemplo o Estatuto da Terra (1964), o Plano Nacional de Reforma Agrária I e II (1985 e 2003 respectivamente) e a Lei Agrária (1993). Ao mesmo tempo, paralelamente, o agronegócio, a estrutura latifundiária e a violência que eles impõem, não apenas se manteve como também avança em decorrência de estruturas econômicas, sociais e políticas do país.

A reforma agrária no Brasil permanece sem ser realizada, devido às estratégias das chamadas 'forças da contrarreforma'. Essas forças estão representadas pelo conservadorismo que envolve não só as elites dominantes, como a classe média brasileira, avessas a reforma agrária. Para compreender melhor como esse jogo de forças se estrutura no tempo, revisitamos alguns encaminhamentos que políticas agrárias tiveram ao longo das últimas décadas.

Segundo consta no documento organizado pela CPT (2018), no governo de José Sarney, entre 1985 e 1990, as metas elaboradas no Plano Nacional de Reforma Agrária I (PNRA) não foram cumpridas. O começo dos anos 1990, com Collor e depois Itamar Franco na presidência, foram marcados pela ausência de planos de governo para a reforma agrária, com representantes de latifundiários ocupando cargos em órgãos públicos relacionados com a agricultura. Os governos que sucederam, de

Fernando Henrique Cardoso, seguiram sem a construção do Plano Nacional de Reforma Agrária II, com fortes ataques aos movimentos e populações envolvidas nas lutas por terra. No ano de 1996, ocorre um dos maiores episódios de violência no campo que marca a história da luta por terras no Brasil, conhecido como o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, com a morte de 19 sem-terra decorrente da ação da polícia, sobre o qual iremos nos debruçar um pouco mais no próximo tópico. Ainda neste período, o governo “optou pela Reforma Agrária de Mercado (RAM), uma política de cunho neoliberal que serviu de combustível para a corrida voraz do capital rentista sobre a terra” (COSME, 2018, p.98).

No início do século XXI, em 2003, assume a presidência do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), partido historicamente favorável à reforma agrária. Um ano antes de ser eleito, Lula divulga o documento chamado Carta ao Povo Brasileiro, onde coloca “sua opção pela manutenção da política econômica neoliberal em curso nos governos Cardoso, inclusive, enaltecendo o agronegócio como caminho para o campo” (COSME, 2018, p.98). Apesar disso, por sua trajetória enquanto operário sindicalista relacionado a movimentos sociais, havia a crença de que o momento político favoreceria a realização da reforma agrária. Neste período é elaborado o PNRA II. Nos primeiros anos de governo, no entanto, cientistas políticos e pesquisadores percebiam que os caminhos apontavam para um modelo a serviço da agroexportação, e não para uma alteração estrutural que beneficiaria finalmente a vida das populações rurais e trabalhadores do campo, articulando, por exemplo, projeto de leis e ações de governo que viabilizaram legalizar terras griladas.

No governo de Dilma Rousseff, candidata do PT que sucedeu os dois governos de Lula, o relatório da CPT (2018) aponta forte suspensão na criação de assentamentos rurais. O governo da presidenta foi interrompido, num momento que pode ser compreendido como ruptura política, com forças avessas ao governo do PT assumindo o poder através de um processo controverso de impeachment da então presidenta eleita democraticamente. Seu vice, Michel Temer, assume o governo em 2016, e mantém a prática de retrocessos com relação à questão da reforma agrária. Segundo o relatório Conflitos no Campo Brasil 2017, há um crescimento da violência no campo em 2015 que chega ao ponto mais alto em 2017. Como dito na introdução deste trabalho, o ano de 2017 marca o maior número de assassinatos no campo desde 2003, com 71 pessoas mortas em situações conflitos por terra. Vale ressaltar

que todas estas mortes ocorreram do lado dos que lutavam pelo acesso e uso da terra.

Nas eleições presidenciais de 2018, o candidato Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL) foi eleito. O político, que foi deputado federal por sete mandatos entre 1991 e 2018, é conhecido por suas declarações polêmicas sobre condições de vida das minorias e populações periféricas, como integrantes do Movimento dos Sem Terra e indígenas. As medidas apresentadas pelo presidente demonstram inclinação favorável ao modelo de agronegócio, a abertura para o capital estrangeiro, a flexibilização nos processos de licença ambiental, além de declarações que expressam determinada indisposição com movimentos sociais, referindo-se a seus integrantes como criminosos. Em declarações públicas, o presidente colocou que o Brasil é o país que mais preserva o meio ambiente, criticou a aplicação de multas ambientais justificando que o país é uma “indústria de multas”. Uma das principais problemáticas abordadas por Bolsonaro durante a disputa eleitoral foi a questão da segurança pública. Quanto a isso, seguindo de acordo com as propostas que defendeu, ele assinou o decreto de flexibilização da posse de armas para todo território nacional, justificando a possibilidade de armamento da sociedade civil como uma medida efetiva na diminuição da criminalidade por possibilitar de legítima defesa, apesar da altíssima estatística de mortes por arma de fogo no Brasil. Outra questão polêmica de seu governo, e que afeta circunstâncias abordadas nesta pesquisa, foram as nomeações do presidente para os ministérios.

Para o ministério da agricultura, ele nomeou Tereza Cristina (DEM-MS), a atual presidente da Frente Parlamentar Agropecuária do Congresso Nacional, que também é conhecida como a bancada ruralista. Cristina é uma das principais defensoras do projeto de lei que altera os procedimentos no registro de agrotóxicos.

Já para o ministério do meio ambiente, o presidente, que em alguns momentos declarou uma possível junção deste ministério com o da agricultura, nomeou o advogado Ricardo Salles, que mantém relações com ruralistas, já tendo atuado como diretor jurídico da Sociedade Rural Brasileira. Em diversas entrevistas Salles defendeu menor interferência do Estado na atividade dos produtores rurais, e proteção à propriedade privada contra invasões dos movimentos dos sem-terra, de índios e quilombolas, colocando que atualmente os produtores se encontram ameaçados em razão da falta de segurança jurídica e do excesso de Estado.

O atual ministro, que já deu declarações sobre a atuação de órgãos ambientais, como o Ibama, alegando que é feita por caráter ideológico e não jurídico, foi denunciado em 2017 pelo Ministério Público por conta da regularidade do procedimento de elaboração e aprovação do plano da Área de Proteção Ambiental Várzea do Rio Tietê (APAVRT), a cargo da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA) que ocorreu enquanto ele era secretário. Na sentença dada em dezembro de 2018 consta que

Durante a elaboração do citado plano, em 2016, os réus cometeram fraude com o propósito de beneficiar setores empresariais, em especial as empresas de mineração e filiadas à FIESP. O inquérito civil apurou as seguintes ilegalidades: a) modificação de mapas elaborados pela Universidade de São Paulo; b) alteração da minuta do decreto do plano de manejo; c) perseguição aos funcionários da Fundação Florestal (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2018, p.1).

Outra medida tomada sob a gestão de Bolsonaro, foi a transferência da atribuição de identificar, delimitar e demarcar terras indígenas, que era da Fundação Nacional do Índio (Funai), para o ministério da agricultura, atitude criticada por diversas entidades, e que pode enfraquecer mais ainda este órgão. A política de identificação e demarcação de territórios quilombolas e de descendentes de escravos, foi retirada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e repassada também para o ministério da agricultura. Essas decisões envolvem diretamente a questão da distribuição de terras no Brasil, e parecem trazer graves reverberações para os territórios e para os povos originárias do campo.

A retrospectiva empreendida, e a contextualização do atual momento político depois das últimas eleições, busca expor alguns parâmetros que sustentaram e sustentam os movimentos contrarreforma ao longo dos anos no Brasil, empenhados em impedir o acesso e uso da terra por populações e trabalhadores excluídos desse direito, e atuando para manter e expandir o modelo agrário de concentração de terras e renda. A realização da reforma agrária em benefício das populações sem-terra, prevista na Constituição de 1988, que completou 30 anos em 2018, não aconteceu nem parece estar por acontecer. Há diversos movimentos que continuam lutando por políticas agrícolas, pela demarcação de terras, como o Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Liga dos Camponeses Pobres (LCP), entre outros tantos que incluem povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc., e que mantém acesa a chama do debate sobre a reforma agrária.

O poder econômico e político do agronegócio protagonizado por grandes proprietários de terra do agronegócio, juntamente com empresários da mídia e políticos que os representam na bancada ruralista no Congresso Nacional, contrário à reforma agrária sob controle dos camponeses, se mantém firme e ainda é estimulado, tendo em vista que no contexto atual vemos cada vez mais viabilizada a associação de empresas transnacionais a grandes extensões de terra.

Não pretendemos nos aprofundar sobre a questão do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira, no entanto nos parece valioso ressaltar que “nas últimas décadas, a agricultura em todo mundo tem sofrido as incursões do capital financeiro no sentido de produzir em escala global sob as regras do mercado e da acumulação” (BARROS, 2018, p.178). Essa forma controle das atividades produtivas e econômicas pelo mercado, com a abertura para o capital financeiro e para empresas transnacionais, acaba por incentivar a ampliação de uma estrutura fundiária que despreza a função social da terra, princípio legitimado na Constituição Federal de 1988¹. O desenvolvimento do agronegócio no Brasil, potencializado pela inserção do capital internacional, acentua contextos desiguais de crescimento, tanto internamente, quanto em relação ao cenário econômico mundial.

Compreendemos que a questão agrária no Brasil, e a violência que o modelo do agronegócio impõe em distintas dimensões, não se restringe à problemática da distribuição de terras. Se trata, para além, da complexa relação entre as estruturas de produção, o trabalho humano, a terra e os bens da natureza. Diversas propostas são defendidas pelos movimentos sociais a fim de fortalecer a agricultura familiar, os trabalhadores do campo, e garantir o direito a terra não só dessas populações, como de tantos povos originários que vivem nas regiões rurais do país, e que tem seus modos de vida e territórios ameaçados pela exploração desenfreada da terra e dos recursos naturais.

As lutas destas populações são para que suas reivindicações penetrem com maior relevância os debates públicos sobre a questão agrária, buscando através da reforma um desenvolvimento que resguarde a biodiversidade, os recursos naturais,

¹ Segundo o Art. 186. do CAPÍTULO III DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA “A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.”

que não seja o maior impulsionador da destruição da natureza a médio e longo prazo, e conseqüentemente das vidas ali existentes. Se trata de uma luta para que se cumpra o que está previsto na Constituição Federal com relação a função social da terra, sobre a qual podemos perceber um entendimento controverso por parte dos governos e de grande parcela da sociedade.

Se depois de 2004 tivemos uma redução no número de conflitos por terra no campo, como mostra o relatório da CPT (2018), esses números voltaram a crescer substancialmente a partir de 2016. O que vem como agravante, como consta no relatório,

é que mesmo com menos processos de ocupações/retomadas/acampamentos e de pessoas envolvidas nos conflitos por terra, como já salientamos, a violência aumentou no campo brasileiro nesses últimos três anos [2015, 2016, 2017], o que demonstra a predisposição dos grandes proprietários de terras para a efetivação da barbárie, contra qualquer tentativa de fazer cumprir a lei com relação à reforma agrária. (COSME, 2018, p.101-102)

Os cinco estados com maiores índices de conflito por terra no campo em 2017, segundo o relatório da CPT, são: Maranhão, com 201 ocorrências; Bahia, com 116, Pará, com 111, Rondônia, com 91, e Minas Gerais, com 91 ocorrências. O trabalho investigativo desta pesquisa em torno dos processos de construção e circulação de sentidos sobre mortes em situação de conflito por terra, a partir de produtos informativos sobre tais episódios está circunscrito na região do Pará, que apesar de ocupar a 3ª posição no ranking dos estados com maior número de conflitos em 2017, lidera em total de assassinatos e foi palco do maior número de mortes por evento no mesmo ano. Soma-se a isso o histórico de casos emblemáticos de morte decorrente de violência por conflitos de terra, como o episódio de Eldorado dos Carajás, e o assassinato da ativista Dorothy Mae Stang. Por fim, percebemos relevância econômica no cenário internacional em decorrência desta região ocupar 26% da Amazônia, maior floresta tropical e maior reserva de biodiversidade do planeta.

4.2 Mortes e massacres no campo

O ano de 2017 marca o maior número de assassinatos em conflitos no campo dos últimos 14 anos, contabilizado 71 pessoas mortas. Como podemos perceber através de dados organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) no “Relatório Conflitos no Campo Brasil 2017”, o número de mortes vem crescendo significativamente desde 2015, registrando 182 mortes nos últimos três anos. Essa estatística supera a última sequência temporal de ápice de mortos em conflitos no campo, que aconteceu entre 1990 e 1992, com 175 registros de mortes. Dentre as 71 pessoas mortas em 2017, 31 morreram em 5 casos de conflito, o que marca este ano pelo número de massacres. Marilena Chauí (1995) coloca que “a ação policial pode ser, às vezes, considerada violenta, recebendo o nome de chacina ou massacre quando, de uma só vez e sem motivo, o número de assassinados é muito elevado”. A CPT considera por massacre episódios com número de mortes igual ou superior a três. Há uma evidente e preocupante singularidade no ano de 2017.

2017 também registra o triste recorde de concentrar num mesmo ano, dois dos maiores números de mortes registrados num único evento, perdendo somente para o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, que resultou em 19 mortes. (MAIA, 2018, p.90)

Os dois episódios referenciados na citação acima aconteceram em Mato Grosso e no Pará, com 09 posseiros mortos no município de Colniza-MT, em ação executada por quatro pistoleiros contratados por um empresário madeireiro; e com 10 trabalhadores e trabalhadoras rurais mortos pela Polícia Militar e Civil do estado do Pará durante operação na Fazenda Santa Lúcia, no município de Pau D’Arco. Segundo Maia (2018), “números de massacres, próximos aos de 2017, foram registrados somente no ano de 1985, com 10 casos e em 1987, com seis casos, em nenhum dos 16 casos, o número de mortes, por evento, chegou perto dos registrados nesse ano”.

A elevada ocorrência de massacres na década de 1980 está relacionada a uma reação dos setores vinculados ao latifúndio, contrários às propostas que estavam sendo construídas nos debates para formulação de estratégias que viabilizassem o processo de reforma agrária no Brasil. Marcam este período dois mecanismos legais, o Plano Nacional da Reforma Agrária, em 1985, e o capítulo sobre a reforma agrária que iria constar na constituição, debatido entre 1987 e 1988.

Em 2017, vemos a crescente onda de violência e ataques contra populações que lutam pelo direito a terra, sem que haja debates sobre leis ou projetos para ampliar esse acesso, como ocorria nos anos 80 e estava associado ao alto número de massacres. Pelo contrário, o que estamos vendo são debates e projetos de alteração de leis que configuram um retrocesso nas políticas da reforma agrária. Os assustadores dados de violência em 2017 não estão relacionados a avanços para identificação e demarcação de terras, e talvez isso potencialize a singularidade deste ano, que registra maior número de mortos desde 2003. Tal conjuntura também não pode ser relacionada a maior atividade dos movimentos coletivos organizados, tendo em vista que neste ano o número de ocupações e acampamentos foi muito abaixo de anos anteriores, segundo relatório da CPT.

Se a violência que aterroriza o campo não é o resultado direto de uma maior atividade dos camponeses e trabalhadores, importa compreender de onde ela parte. Tanto nos anos de 1980 que também se caracterizaram por massacres e a eliminação de lideranças, quanto em 2017, as explicações para o crescimento da violência se concentram sobre a formação de milícias rurais. (MAIA, 2018, p.92)

Essas milícias, formadas por jagunços² e a Polícia Militar, representam uma articulação entre o poder público e o poder privado de grandes proprietários. Elas configuram forças de repressão que são acionadas quando trabalhadores e populações reivindicam acesso e uso de terras, incomodando fazendeiros e empresários.

No meio rural, o uso da violência por parte dos grandes proprietários de terra não é resultado somente de um Estado “impotente”, mas parece ser, sobretudo, a afirmação de um poder paralelo que faz coexistir modernidade e arcaísmo, civilização e barbárie. (BARREIRA, 1999 p.136)

Em 2017, episódios de violência e morte no campo são relacionados a ação de jagunços e do Estado. O maior massacre do ano leva a assinatura da Polícia Militar do Pará, no evento que ocorreu no município de Pau D’Arco. Os laudos periciais, segundo a CPT (2018), relatam que as vítimas foram mortas com tiros na cabeça e no peito.

A violência em situações conflito por terra tem relação histórica com uma mentalidade que ainda resiste em indivíduos e grupos que fazem parte da elite

² O termo jagunço é utilizado para nomear um indivíduo contratado como guarda-costas por outro indivíduo influente

econômica-social brasileira. Setores pertencentes à classe dominante “possuem sólidas raízes fincadas em práticas violentas nas resoluções de conflitos interpessoais ou na manutenção do poder econômico e político” (BARREIRA, 1999, p 136). Essas ações violentas são justificadas, muitas das vezes, pela defesa da propriedade privada. Segundo o coordenador do MST no Pará, Charles Trocate, em documentário produzido pelo setor de comunicação do MST (2015), nos últimos 33 anos no Pará foram assassinados no campo 772 trabalhadores. Desses 772 mortos, a polícia concluiu o inquérito em onze casos, e dos onze processos formatados, apenas dois foram julgados, desses dois julgamentos, não se produziu nenhuma condenação satisfatória.

Em materiais pesquisados sobre massacres no campo no Pará, relatos dos episódios ocorridos no município de Eldorado dos Carajás, em 1996, e em Pau D’Arco, no ano de 2017, revelam semelhanças simbólicas: em ambos os casos, só em um dos grupos em conflito ocorreram mortes e pessoas foram gravemente feridas; o armamento do grupo com mortos e feridos era nitidamente inferior em termos de quantidade e qualidade do que o do outro grupo; os dois episódios decorreram da ação da polícia militar do estado do Pará, e em ambos legistas identificaram execuções à queima roupa.

As operações da polícia militar que tem como consequência morte de grupos e indivíduos envolvidos em disputas por terra com fazendeiros e latifundiários denunciam relações que agentes públicos mantêm com latifundiários, acusam um cenário onde o Estado atua a favor do interesse de grandes proprietários de terra, e materializam a participação destas classes dominantes em episódios de massacres. Esses massacres que se repetem, marcando a história da luta por terra no Brasil, revelam que a chancela da impunidade funciona como garantia e incentivo para que continuem acontecendo.

Diversas circunstâncias potencializam a situação de barbárie que envolvem esses massacres e intensificam o sofrimento das pessoas que perdem familiares e companheiros de luta. A perícia em episódios como estes muitas vezes é dificultada por alteração da cena do crime, remoção de corpos, entre outras estratégias. Além disso, é comum que os corpos das vítimas sejam entregues às famílias em estado deteriorado. Passeatas e ações em favor de policiais envolvidos nos crimes também não são raras. O descaso na condução de investigações, a manipulação de dados oficiais e de agravantes, a criminalização de vítimas por variados argumentos, como

ocupação indevida e atentado à propriedade privada, as dificuldades na identificação dos corpos, configuram um cenário de variadas formas de violência, que se imprime contra os corpos, contra uma série de direitos, como direito à vida e à justiça, contra a dignidade dessas pessoas. O contexto que circunscreve essas mortes é atravessado pela questão da desigualdade social que marca não só em vida, quanto na morte.

As condições em que estes massacres ocorrem e o desenrolar dos acontecimentos são marcados por apagamentos, injustiças e invisibilidade. As mortes vinculadas a massacres parecem manifestar que algumas vidas não importam, podendo ser compreendidas como vidas precárias. O descaso do Estado quanto às condições de vida e as situações de morte destes indivíduos se torna evidente, e parece receber apoio por parcela da sociedade. Para compreender essa valorização diferenciada de vidas, que interfere na visibilidade ou não que algumas mortes ganham, recorreremos a conceituações da filósofa Judith Butler (2015), que coloca como questão relevante compreender por que algumas vidas são passíveis de luto e outras não, percebendo assim uma distinção valorativa. Para a autora, os sujeitos são constituídos mediante normas que produzem reconhecimento. Essa normatividade que atravessa o reconhecimento, e os esquemas normativos existentes conferem reconhecimento de forma diferenciada, mas não devem ser compreendidos de maneira determinista, pois são dinâmicos e relacionados a operações de poder. A condição de ser reconhecido é variável, constituída historicamente, e precede o reconhecimento.

Se o reconhecimento caracteriza um ato, uma prática ou mesmo uma cena entre sujeitos, então a “condição de ser reconhecido” caracteriza as condições mais gerais que preparam ou modelam um sujeito para o reconhecimento - os termos, as convenções e as normas gerais “atuam” do seu próprio modo, moldado um ser vivo em um sujeito reconhecível, embora não sem falibilidade ou, na verdade, resultados não previstos. Essas categorias, convenções e normas que preparam ou estabelecem um sujeito para o reconhecimento, que induzem um sujeito desse tipo, precedem e tornam possível o ato do reconhecimento propriamente dito. (BUTLER, 2015, p.19)

Segundo a autora, a questão envolve saber como essas normas operam para que certos sujeitos sejam reconhecíveis e outros se tornem mais difícil de reconhecer, que interferem diretamente nos esquemas de percepção sobre condições de vida.

Afirmar que uma vida é precária exige não apenas que a vida seja apreendida como uma vida, mas também que a precariedade seja um

aspecto do que é apreendido no que está vivo. Do ponto de vista normativo, o que estou argumentando é que deveria haver uma maneira mais inclusiva e igualitária de reconhecer a precariedade, e que isso deveria tomar forma como políticas sociais concretas no que diz respeito a questões como habitação, trabalho, alimentação, assistência médica e estatuto jurídico. (BUTLER, 2015, p.30)

São requisitadas condições sociais e econômicas para viver, e isso nos vincula à sociedade, nos coloca expostos a outras pessoas que não conhecemos, e dependentes delas. A precariedade, para a autora, é uma condição que coincide com o nascimento, já que para sobrevivermos precisamos do outro, porque podemos morrer que precisamos de cuidado para viver. O valor da vida se expressa de fato quando a perda importa, e o luto é previsto quando a vida tem valor. A precariedade está relacionada à ideia da vida como um processo condicionado, de que somos seres sociais dependentes do que está fora de nós, de que a vida exige determinadas condições. E nossas obrigações se circunscrevem aí, no fato de que não é possível sustentar a vida sem determinadas condições de sustentação, “essas condições são, ao mesmo tempo, nossa responsabilidade política e nossas decisões éticas mais árduas” (BUTLER, 2015, p. 43).

Os enquadramentos, molduras socioculturais definidas por normas as precedem, atravessam nossa interpretação, reverberam ideias sobre as vidas nas quais as perdas são lamentáveis e outras que não representam de fato perdas, nisso se inscreve a diferenciação das condições em que o luto é passível ou não. Vidas que não são consideradas possivelmente lamentáveis na perda, estão expostas a faltas de condições para serem sustentadas. Segundo a autora, a vida em si é considerada precária por poder ser eliminada, sem menor garantia de conservação, já uma “condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte” (BUTLER, 2015, p. 46). Essa condição expõe populações ao negligenciamento por parte do Estado quando este é a única esfera à qual podem recorrer.

Se toda vida é precária e carece de determinadas condições sociopolíticas e para ser sustentada, porque essas condições estão distribuídas de forma desigual sendo inexistentes para algumas populações? A filósofa coloca a necessidade de novos enquadramentos capazes de fomentar a comoção social diante da morte de

vidas desvalorizadas, podemos dizer ainda, a comoção frente à própria ausência de condições, que poderia suscitar uma ampliação de vidas valorizadas.

Os dois episódios de massacres que citamos anteriormente ocorreram em situações de extrema violência do Estado, caracterizados como execução, denunciando de forma gritante a desvalorização da vida dessas populações. Tais circunstâncias enfatizam a exposição e vulnerabilidade de certas vidas à violência e à morte. Se a existência desses indivíduos foi submetida a condições precárias, as circunstâncias em que perderam a vida foi justamente por estarem expostos à violência exercida pelo Estado, primeiro ao negar mínimas condições para uma vida digna, depois por parte da percepção de seus agentes que a vida daqueles indivíduos não importa. Tais circunstâncias parecem revelar também certo consentimento por parte da sociedade para que o poder público aja assim, ou seja, compartilham em dada medida da compreensão de que algumas vidas têm menos valor que outras, ou que aqueles sujeitos receberam os que lhes era pertinente.

Se os enquadramentos formam as molduras que circunscrevem nossas interpretações, quais enquadramentos a questão da violência no campo, da morte em situação de conflito por terra, e da própria luta de grupos e populações pelo acesso e uso da terra, recebe? Sabemos que estes indivíduos estão sujeitos a condições escassas de sustentação, tendo em vista que o que eles reivindicam na luta pelo direito à terra, são condições para viver no campo com acesso digno a trabalho, moradia e alimentação. Excluídos dessas condições, suas vidas podem ser compreendidas como precárias. Se, como Butler colocou, a condição para uma perda ser considerada “lamentável” depende desta vida ter valor, como a perda dessas vidas precárias é comunicada?

Os conflitos por terra no campo são disputas de poder político, econômico, cultural entre sujeitos em posições desiguais: de um lado, populações que se encontram na periferia política, econômica, e cultural, de outros sujeitos que pertencem à classe dominante e, portanto, detém poder econômico e respaldo político. Essa disputa, além de tratar das condições de vida materiais, também é tensionada pelo poder simbólico, pela forma como estes sujeitos, e suas ações, estão colocados no plano comunicativo. As maneiras que são apresentados sujeitos e suas práticas está implicada na questão do enquadramento que Judith Butler fala, das molduras socioculturais que atravessam nossa interpretação sobre tais indivíduos e atitudes.

O poder simbólico, sobre o qual vamos nos debruçar mais na próxima sessão, que também é distribuído de forma desigual na sociedade, vinculado ao poder social, político e econômico, confere a determinados sujeitos e instituições autoridade para intervir, através da prática discursiva, na produção de significados e sentidos sociais. Estes sentidos vão estar relacionados a enquadramentos, a repercussão que determinados acontecimentos vão ter e a invisibilidade de outros, e a formas de representar a realidade.

5. EMBASAMENTO TEÓRICO

5.1 Comunicação e poder no Brasil

Para refletir sobre a comunicação referenciando principalmente sua força operacional na produção e circulação de informações/discursos sobre a sociedade, recorreremos ao conceito de campo desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (2010), que caracteriza campos sociais como espaços sociodiscursivos dinâmicos de relações entre posições, formado por agentes, sujeitos que atuam no campo, que envolvem instituições, práticas, teorias, e onde ocorrem disputas e negociações que influenciam nas condições de produção dos sentidos sociais. Campos sociais estão em permanente modificação, num movimento para alteração ou manutenção das hierarquias estruturadas pelo poder e pelo capital que seus agentes dispõem, e são moldados por contextos específicos. Segundo Bourdieu (2011), o capital cultural e social, decorrente da educação e das relações sociais, está implicado na posição dos agentes no campo. Compreendemos que os campos sociais são porosos, com limites indefinidos porque o espaço de cada campo é demarcado através das relações entre os agentes do próprio campo e das dinâmicas das relações com outros campos.

A teoria sobre o poder simbólico, elaborada por Bourdieu, fala sobre a produção dos sentidos sociais, poder de “fazer ver e fazer crer”, ou seja, poder relacionado à capacidade de constituição da realidade, que envolve autoridade e legitimidade. O exercício do poder simbólico pressupõe legitimidade, relacionada a determinado tipo de capital definido pelo autor como capital simbólico, e que é constituído através da associação de outros três tipos: econômico, cultural e social. Compreendendo que o campo da comunicação se estabelece em torno dos bens simbólicos, tal conceituação evidencia a relevância de refletir sobre as práticas, teorias, dinâmicas, agentes e estruturas de poder que formam o campo, tendo em vista que sua implicação nos processos de construção do conhecimento sobre o mundo e sobre a realidade.

As considerações sobre poder de Foucault (1979) podem fundamentar uma melhor compreensão do poder simbólico, tendo em vista a característica positiva do poder, no sentido de criar artefatos, ideias e expectativas, e seu funcionamento em rede, que o coloca dentro de uma cadeia dinâmica, não se tratando de certos indivíduos poderosos e outros totalmente privados de poder, mas sim de posicionamentos e reposicionamentos contínuos em relação ao poder.

O poder simbólico aqui referenciado se relaciona com a posição de autoridade que determinados sujeitos e instituições têm para construir sentidos sobre a realidade a partir da produção e circulação de discursos que operam. O campo da comunicação, em especial a prática jornalística, como terreno provido de capital simbólico para formação e movimentação de sentidos sociais na perspectiva de campo de Bourdieu, pode ser compreendido enquanto espaço dinâmico onde agentes e grupos travam disputas visando acumular capital simbólico, melhor se posicionar dentro deste espaço e forjar/instituir suas representações da realidade. Ainda, valendo-se das proposições de Bourdieu, os campos possuem lógicas e regras próprias, e as ações de seus agentes não se dão de forma aleatória, inata, pelo contrário, eles atuam a partir um sistema que intercede a reflexão e a prática, denominado por *habitus*, que é simultaneamente estruturado e estruturante. O conceito de *habitus* expressa que, o agente age dentro do campo segundo suas preferências e escolhas, mas que estas são demarcadas por um sistema de opções comum aos outros agentes inseridos nos mesmos contextos.

O discurso jornalístico opera a partir de determinadas lógicas e regras para conferir legitimidade e manter seu capital simbólico. Os textos elaborados buscam exprimir neutralidade em relação aos acontecimentos, sugerindo uma narrativa verdadeira dos fatos e imparcial. As marcas narrativas presentes nos textos, a objetividade do discurso, buscam fortalecer a atividade profissional do jornalismo enquanto fiscalizador da sociedade e revelador de verdades. O exercício de seu poder para “fazer ver e fazer crer”, tomando a propriedade da prática discursiva de criar produtos e ideias, está relacionado à audiência que o produto obtém e a posição que ocupa na imprensa, e vai ser operado segundo lógicas de produção que envolvem jornalistas, anunciantes, empresários, governo e a própria estrutura social.

Percebemos, como Bourdieu aponta, que ocorre uma interpenetração dos campos do jornalismo, da política, das ciências sociais, tendo em vista que “eles têm em comum o fato de serem o local de lutas internas para a aplicação do princípio dominante de visão e de divisão” (BOURDIEU, 2005, p. 36). Essas disputas e as estruturas que constituem vão atravessar diversas questões sociais, como a distribuição da terra, e os conflitos em que aí envolvidos.

A imprensa se coloca enquanto espaço de contato com os acontecimentos, com o mundo, sendo intermediadora dos sujeitos com a sociedade. Resulta de processos históricos que envolvem a evolução da escrita, das formas de registrar e

reproduzir discursos. Dentre as práticas discursivas características da imprensa, o jornalismo se constitui enquanto instância para enunciação oficial dos acontecimentos, configurando este discurso como fala autorizada. Segundo Ana Paula Goulart Ribeiro (2000), a mídia foi se tornando instância principal de enunciação sobre os fatos e a realidade social, com a inserção das tecnologias de comunicação nas sociedades industriais. A percepção do jornalismo como atividade de tornar pública determinada questão é fundamentada, entre outros princípios, pelas noções de objetividade, neutralidade e imparcialidade, extremamente valorizadas pela prática jornalística. Essa valorização central no jornalismo brasileiro remete ao desenvolvimento do conceito de objetividade no Estados Unidos, na décadas de 20 e 30, buscou nesse fundamento apoio para sustentar a legitimidade da atividade jornalística, com a ascensão da ideia de jornalismo informativo. Ainda segunda a autora, “no Brasil, o conceito se consolidou com as reformas editoriais da década de 50, quando se introduziu no país o modelo norte-americano de jornalismo” (RIBEIRO, 2000, p.9). O surgimento dos manuais de redação faz parte de “um processo que procurou, através da racionalização e padronização do estilo jornalístico, ordenar os critérios básicos sem os quais a produção em série de textos (conforme a lógica industrial) seria impossível” (RIBEIRO, 2000, p.33-34). Essa noção de objetividade confere ideia de fidelidade aos fatos, reveste a autoridade e legitimidade que “atribui [ao discurso jornalístico], nas sociedades contemporâneas, o estatuto de porta-voz das verdades factuais” (RIBEIRO, 2000, p.35). Essas características constitutivas do jornalismo, as estratégias discursivas que referencia, o colocam como defensor do bem comum, e aí reside seu poder de domínio.

A imprensa é considerada o principal veículo para difusão de ideias e interpretações sobre acontecimentos, e penetra todas as esferas de atividade humana. Os eventos, sejam de ordem econômica, política, social ou cultural, devem ser compreendidos levando em conta a influência da imprensa sobre eles. Admitindo a força do comunicativo e o papel que a informação desempenha na contemporaneidade, percebemos também a centralidade da imprensa nos processos políticos e na organização social. O papel que a mídia desempenha é elementar para as considerações sobre a sociedade, a política e a cultura, e fundamental para construção da democracia e da cidadania.

No entanto, como em tantas outras práticas discursivas, o poder simbólico exercido pela mídia é carregado de contradições, não é linear, e sofre modificações,

sendo afetado por contextos ela organização dos meios de comunicação e das práticas comunicativas. Ou seja, como a pesquisadora Janine Cardoso coloca,

o jornalismo não é um bloco monolítico e invariável. Ao contrário, conjuga dinamicamente uma série de credenciais envolvidas em sua missão social, segundo racionalidades, regras, processos e atores que sustentam dispositivos e estratégias que lhes são próprios, em meio a micro e macroprocessos de negociação e disputa que configuram as condições de sua produção em cada momento histórico e contextos específicos (CARDOSO, 2012, p.19)

Como veremos mais adiante, algumas características da atividade jornalística, que constituem o lugar de mediador da realidade que jornalismo ocupa, sofrem transformações devido ao atual contexto de desenvolvimento de novas tecnologias de informação que, através da multiplicação de enunciações e das maneiras de enunciar, reconfiguram a mídia.

Na produção das notícias e estruturação de referências sobre os acontecimentos, o discurso jornalístico opera criando realidades, interferindo na agenda pública. Como a pesquisadora Tatiana Leite coloca, “a própria imprensa, de maneira análoga à de outras instituições ao longo da história do país, reivindica um papel de intérprete e moderador da realidade, exercendo uma espécie de quarto poder” (LEITE, 2016, p.12).

Consideramos, através das elaborações da pesquisadora de Inesita Araújo (2004), o modelo da comunicação como um mercado simbólico, onde sujeitos e grupos possuem distintos capitais e disputam pelo poder discursivo. Aqui a capacidade de comunicar se relaciona com a capacidade de contextualizar, implicando que as maneiras de percepção, classificação e intervenção sobre o mundo são produzidas contextualmente. Vozes com menos poder, situadas no que compreendemos como periferia discursiva, parecem ser menos recorrentes nos produtos midiáticos, tendo assim menor possibilidade para enunciação e circulação de suas perspectivas. Não é raro encontrar falas institucionais e/ou de outros sujeitos que ocupam posições favoráveis na hierarquia social. Desta forma, as narrativas jornalísticas estariam carregadas pela visão de mundo que tais sujeitos compartilham. A imprensa se coloca assim como espaço para produção e reprodução de relações de poder, de pontos de vista e interesses hegemônicos que caracterizam a organização social.

Essa discussão se depara com a ideia de legitimidade, que fundamenta a pertinência de investigar quem enuncia, o que enuncia e como. Nesta pesquisa

interessa analisar que sujeitos são convocados a falar, e qual abordagem é dada nas notícias e matérias sobre mortes decorrentes da violência em contextos de conflitos por terra. Os questionamentos apontados acima se mostram relevantes para pensar a prática comunicativa do discurso jornalístico, compreendendo que os temas e abordagens, como Leite coloca,

São escolhas editoriais, de forte cunho político, nem sempre explícito, o que não significa que sejam absolutamente propositais. Ao apontar para a construção ideológica dos discursos, Foucault (2008) reitera que a construção não ocorre necessariamente de modo consciente pelos sujeitos. Os sentidos dos discursos atravessam o falante sem que ele se dê conta desse processo. Por isso, parece relevante o esforço para compreender lógicas de produção que traduzem uma política no sentido lato muitas vezes oculta até mesmo para quem a exerce. (LEITE, 2016, p. 12)

Nosso olhar não se volta somente para os textos, seus conteúdos e falantes. As rotinas produtivas da prática jornalística, e a interposição de textos que se deparam uns com outros estando em circulação, estão incluídas no escopo deste trabalho, compreendendo que a construção dos discursos é atravessada pelas dinâmicas e processos de trabalho, e pode ser afetada pelo contato com outros discursos disseminados.

O jornal comporta um poder de interferência sobre o real, tendo em vista que opera na seleção de temas e de vozes a serem consideradas. Ele é concebido enquanto dispositivo, espaço com determinada forma onde textos são inscritos, que faz parte do que entendemos por dispositivos midiáticos. Estes constituem uma cadeia que não apenas fornece interpretações dos fatos como confere ainda o próprio formato do acontecimento. Quanto a prática discursiva da imprensa, percebemos que “a configuração de diferentes dispositivos altera o funcionamento da lógica de produção de sentidos. A nosso ver, é isso que garante autonomia discursiva a diferentes produtos jornalísticos, impressos ou não” (LEITE, 2016, p. 13). De forma paradoxal, compreendemos que as práticas comunicativas tanto conformam quanto são conformadas por questões teóricas e políticas.

O campo jornalístico, operando através de discursos, está em interface com os demais campos sociais, como o da política, da economia, da saúde, entre outros. A autonomia que este teria frente aos interesses que envolvem cada campo específico está implicada pela própria configuração da mídia no Brasil. Uma pesquisa do Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil (2017), realizada pela organização

Repórteres Sem Fronteira e pelo coletivo Intervozes, “constatou que metade dos 50 maiores meios de comunicação no Brasil pertencem a apenas cinco grupos de caráter familiar.” A pesquisa apresenta ainda que empresas da mídia estão vinculadas a negócios de diversos setores, como o da saúde e o do agronegócio, manifestando desta forma que além do poder simbólico, as empresas também detêm poder concreto, econômico.

As lógicas que operam o trabalho dos jornalistas envolvem interesses dos proprietários das empresas de comunicação e anunciantes nas suas relações políticas e econômicas com o governo, e negócios de outros setores. O setor de telecomunicações no Brasil é cenário de oligopólio, com reduzidos grupos e indivíduos controlando a maior parte dos meios de comunicação. Com a alta concentração da mídia nas mãos de poucos sujeitos e empresas, estes exercem um domínio maior sobre o setor. O quadro de concentração da mídia no Brasil é caracterizado pela de propriedade cruzada, com posse de diferentes tipos de mídia, como canais de Tv, rádios, jornais impressos, pelo mesmo grupo ou empresa. As poucas grandes empresas de comunicação têm atuação expandida em todo território nacional através de grupos afiliados. O setor de telecomunicações no Brasil é configurado assim por grandes conglomerados empresariais, a exemplo do Grupo Globo, o maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil e da América Latina, e um dos maiores do planeta. Além disso, grupos empresariais de comunicação ao se relacionarem com outros setores, por vezes como investidores, atendem a interesses e estratégias dos mesmos. As relações entre os grupos da mídia e o governo estão imbricadas não apenas nas concessões públicas de canais e nas receitas de propaganda do governo, como também nas relações que se estabelecem entre empresários e ocupantes de cargos parlamentares. Como o pesquisador Rodrigo Murtinho de Martinez Torres aponta,

Apesar de a própria Constituição Federal proibir que parlamentares sejam donos de empresas concessionárias de serviço público, como é o caso da radiodifusão, 21% dos senadores e 10% dos deputados federais – conforme informações da Organização Não Governamental Transparência Brasil – são sócios de empresas de rádio e televisão, sem contar os parlamentares que têm empresas em nome de familiares ou terceiros, chamados popularmente de “laranjas”. Outros dados, revelados por um estudo desenvolvido pelo Laboratório de Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília (LapCom/UnB), demonstram um quadro ainda mais preocupante: 37,5% dos membros titulares da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara e 47% dos titulares

da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, responsáveis diretos pela análise dos processos de outorgas, são proprietários de emissoras de rádio e TV ou têm familiares no comando de veículos de comunicação. (TORRES, 2012, p.173-174)

A imprensa (substituiu Os produtos midiáticos), ainda que inserida no contexto de concentração da mídia através de grandes conglomerados empresariais no Brasil, é impactada pelas novas configurações do campo comunicacional. As investigações sobre produção e circulação de textos estão imbricadas num cenário complexo de alterações das práticas comunicativas, dos dispositivos midiáticos e da difusão de notícias.

O campo midiático envolve um contexto onde distintas dimensões de desigualdade estão colocadas. O poder discursivo se manifesta na sociedade revestido de desigualdade no plano material, compreendendo o cenário comunicacional de oligopólio das grandes mídias, e no plano simbólico, isto é, nas falas que são acionadas na produção de conhecimento sobre a realidade. A manutenção do poder econômico que sujeitos e empresas detêm se dá através do poder simbólico, tomando a linguagem como um campo de disputa para instituir interpretações sobre o mundo a depender do capital simbólico que determinados agentes e instituições dispõem, inferindo, desta forma, na estruturação das posições sociais dos sujeitos e na visibilidade destes e de seus temas, ou seja, no estabelecimento de quem, e o que, é considerado relevante para a imprensa (substituiu mídia). Constatamos assimetrias nas disputas simbólicas que envolvem o poder das falas nas mídias tradicionais e o das falas tidas como periféricas, que não estão localizadas no centro do mercado simbólico da comunicação.

5.2 Comunicação e poder em novos cenários comunicacionais

O contraponto que examinamos aqui se refere às mídias tradicionais, controladas por empresas, caracterizada pela regulamentação de falas, e os novos ambientes de comunicação que se configuram na contemporaneidade. Nas últimas décadas o cenário de oligopólio midiático sofre reconfigurações, primeiro com a TV à cabo que fomentou a distribuição de audiências, depois com o advento da internet. Apesar da internet ainda estar sujeita a lógicas comerciais, o que dificulta o amplo acesso e acaba preservando, de certa forma, o poder das mídias tradicionais, que se

atualizam nesse meio em decorrência do seu potencial econômico e social, o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) trazem para o cenário comunicacional novos atores, expandido a possibilidade de outras pessoas produzirem conteúdo informativo, extrapolando a fronteira do jornalismo, seus esquemas e agentes habituais. Compreendemos que as relações de poder na comunicação continuam assimétricas, mas podemos admitir que o atual contexto configura espaços de fala para novos enunciadores.

Sobre a ampliação progressiva do uso da internet, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD (2018), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre o acesso à Internet e à televisão e telefone móvel celular para uso pessoal em 2016, temos que neste ano 64,7% das pessoas de 10 anos de idade ou mais, 85% dos jovens de 18-24 anos e 25% das pessoas com 60 anos ou mais utilizaram a internet, anunciando alto volume de pessoas acessando este meio.

Na contemporaneidade, percebemos mudanças significativas nas rotinas de produção, no discurso jornalístico e no próprio papel desempenhado pelos jornalistas. As transformações nos processos e práticas comunicacionais deslocam de lugar estes profissionais enquanto autor, produtor de conteúdo. As inovações tecnológicas e a comunicação digital constituem novas mídias que configuram outras possibilidades de enunciação e circulação de discursos. Sobre este cenário, o jornalista como relator de fatos e acontecimentos, aparece como agente criador, imprime sua marca nas narrativas que constrói sobre determinados eventos ou temas. O desenvolvimento acelerado das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) impactam a difusão de informações e discursos, impulsionando modificações na produção, e nos formatos e aspectos que os conteúdos recebem.

A produção noticiosa, que é característica da atividade do jornalista, é atingida por essa reconfiguração do cenário comunicacional e referencia também uma reconfiguração das fronteiras do que é atividade jornalística de produção noticiosa, já que informações e conteúdos passam a ser produzidos por outros sujeitos e a circular em outros ambientes.

Esses textos não são necessariamente produzidos por profissionais de comunicação, nem são produtos de jornais e mídias tradicionais, mas podem reverberar na atividade dos jornalistas e na constituição dos conteúdos veiculados pela imprensa (substituiu mídia). A crescente entrada da mídia na vida cotidiana, e o

aumento de dispositivos desta, que colocam no plano comunicativo a possibilidade de múltiplos enunciadores, traz outra correlação de forças no mercado simbólico e atinge as relações de poder.

Essa entrada da mídia na vida está ligada ao contexto contemporâneo, marcado por um tensionamento dos modelos tradicionais de comunicação social influenciado pelo desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). A sociedade civil se organiza tendo como pano de fundo sujeitos conectados em redes informacionais, com novas estratégias, formas de atuação e articulação. Ações comunicativas midiáticas, que antes eram restritas a determinados sujeitos e grupos, passam a ser disponibilizadas para grande parte da sociedade, a partir do desenvolvimento de novos dispositivos comunicacionais. Desta forma, novos sujeitos passam a participar de práticas e processos comunicativos, não apenas como receptores, mas enquanto atores sociais, através dessas novas mídias onde há possibilidade de produzir e difundir conteúdos, como por exemplo a partir da criação de blogs, páginas ou grupos no Facebook, de uma conta no Twitter, etc.

Os processos midiáticos ganham centralidade a partir dos anos 2000, estando imbricados tanto na experiência humana, na conduta, no cotidiano, quanto no exercício de poder, na produção cultural e nas estruturas institucionais. O conceito de mediação emerge para o pensamento das relações entre cultura e sociedade neste novo cenário: “ao mesmo tempo em que a questão comunicacional se torna presente e fundante para a sociedade, os processos sociais se mediatizam – no sentido de que tomam diretamente iniciativas mediatizadoras.” (BRAGA, 2012, p.34)

A ampliação da mídia em todas as esferas da vida configura o que entendemos como sociedade mediatizada. Para Sodré (2018), há um novo *bios*, uma nova “esfera existencial”, o *bios* midiático, que é a articulação da vida à mídia. A mediação é, desta forma, o processo de construção pelas mídias de uma nova ambiência, um novo espaço social: “o *bios* virtual, uma espécie de comunidade afetiva de caráter técnico e mercadológico, onde impulsos digitais e imagens se convertem em prática social” (SODRÉ, 2018, p.99)

Ocorre uma generalização da ação interacional em todos os setores da sociedade, que passam a praticar e a refletir sobre suas interações com as outras áreas. A internacionalidade característica desse novo espaço social mediatizado está implicada nas maneiras como a sociedade se comunica e se organiza. As inovações tecnológicas e o cenário social contribuíram para que as lógicas midiáticas

ultrapassassem seu campo de origem e transpassassem outros campos sociais. Esta configuração nos coloca a possibilidade de produção discursiva sobre as mortes que ocorrem em determinados eventos de conflito por terras por outros sujeitos, que pertencem a diferentes classes sociais e que podem estar relacionados de variadas formas com movimentos sociais relacionados à questão da terra.

Os processos de interacionalidade no contexto de midiatização da sociedade reverberam nas maneiras pelas quais textos e enunciados vão ser produzidos e circular, a partir da configuração de novos ambientes e novos sujeitos envolvidos na prática discursiva.

É no campo da cultura que se desenham as percepções de tempo e espaço e que as “realidades” são criadas. Ocorre que nas dinâmicas culturais da sociedade contemporânea as mídias ocupam lugar hegemônico. Como nos sugerem vários estudiosos da midiatização, ela se constitui em uma “nova forma de sociabilidade”. Vivemos em uma cultura midiatizada. (BARROS, 2012, p.86-87)

Ao buscar compreender as dinâmicas de invisibilidade na imprensa (substituiu o processo de produção e circulação de sentidos) sobre as mortes no campo, tomar a morte na imprensa (substituiu mídia) como questão de investigação se relaciona a indagação quanto aos modos como os dispositivos midiáticos se ocupam de certas questões na sociedade contemporânea, e se apresenta como possibilidade para pensar sobre contextos e condições de comunicabilidade na sociedade midiatizada.

As novas formas de produção e circulação de discursos através de dispositivos midiáticos desenvolvidos pelas TICs podem trazer para a cena comunicacional outras abordagens sobre estes episódios, tendo em vista o alargamento nos processos de interacionalidade com a midiatização da sociedade. Nos interessa aqui, investigar a produção e circulação de textos na imprensa (substituiu sentidos) sobre as mortes no campo, que decorrem de violência na disputa por terra, a partir deste novo horizonte comunicativo que marca a contemporaneidade.

Tendo em vista a dimensão central da comunicação, a alta ou baixa visibilidade de determinados episódios e circunstâncias na imprensa (substituiu mídias tradicionais) pode estar relacionada à transformação ou manutenção de certas configurações que envolvem os sentidos sociais sobre a questão da reforma agrária no Brasil. Além disso, o espaço possivelmente reduzido nos meios de comunicação de massa de discursos sobre situações as quais parcelas da população estão expostas, reflete na relevância social e política que as condições de vida desses

sujeitos obtêm. As dimensões de visibilidade que essas situações ganham parece se relacionar com a atuação do Estado e com a compreensão da sociedade civil sobre tais disputas em jogo, que podem ser tensionadas pela intensificação de um conjunto de ideias neoliberais que emergem no contexto da globalização, e inspiram propostas econômicas, sociais e políticas no país.

6. METODOLOGIA

O trabalho se desenvolve a partir da pesquisa documental sobre produtos midiáticos noticiosos, contemplando três áreas de abrangência: nacional, regional e local. O olhar está direcionado para textos de cunho informativo em uma página da internet, e em dois jornais de grande circulação no Brasil.

No âmbito de materiais das mídias tradicionais, selecionamos para análise o jornal impresso O Globo, periódico com publicação diária de circulação nacional, fundado em 1925, e sediado no Rio de Janeiro. Segundo dados oficiais do Instituto Verificador de Circulação (IVC), divulgados em notícia no site Poder 360 (2018), o jornal teve média diária de impressos em 2017 de 130.417 exemplares, ocupando a segunda colocação de tiragem impressa, ficando atrás do jornal Super Notícia, de Minas Gerais. A investigação deste material se dá através da assinatura digital que permite acesso ao acervo que comporta todas as edições do jornal.

Ainda inserido dentro das chamadas mídias tradicionais, a nível regional, o segundo periódico a ser investigado é o jornal O Liberal. A seleção deste está relacionada à aproximação com uma publicação local do estado do Pará, território no qual nosso objeto de estudo está localizado. A análise também será feita através de assinatura digital que dá acesso às edições do periódico. A publicação, que circula em Belém e na maior parte do Pará desde 1946, está entre um dos veículos mais lidos no estado, sendo o jornal com maior número de tiragens entre o Norte e Nordeste do país. O veículo faz parte do Grupo Liberal, maior grupo de comunicação do Pará. Tal grupo é afiliada a Rede Globo, cadeia de televisão do Grupo Globo, através da rede de televisão Liberal.

A opção por olhar jornais de grande circulação se relaciona com a percepção que compreender dimensões do poder simbólico central são essenciais para as questões que norteiam esta pesquisa. Reconhecemos assim, a importância em investigar as maneiras como acontecimentos localizados em áreas rurais, distantes dos centros urbanos, comparecem em periódicos de grande alcance, em termos estaduais e nacionais.

Para investigar os sentidos sobre as mortes nos produtos informativos veiculados em ambientes comunicacionais formados por novos dispositivos midiáticos, que ampliam as possibilidades de produção e circulação de textos para a população em geral, tomaremos como objeto a página do Facebook “Juventude Sem Terra – Pará”, criada em 30 de agosto de 2013. Desde sua criação, a página

contabiliza 242 publicações, tem 2.111 curtidas e é seguida por 2.123 usuários. Recorremos ao aplicativo NetVizz, uma ferramenta que permite coletar informações e dados de páginas e grupos no Facebook, para análise dos materiais produzidos e divulgados nesta mídia digital.

A análise de como são construídos os textos sobre esses episódios em distintos dispositivos midiáticos busca perceber possíveis divergências, concordâncias, oposições e reafirmações nos materiais. A investigação se desloca para esses novos ambientes a partir da compreensão que neles circulam discursos produzidos por múltiplos atores sociais, que não são necessariamente profissionais de comunicação, e que os processos para publicação dos discursos neste meio não são os mesmos estruturados nas mídias tradicionais.

O recorte temporal que estabelecemos está delimitado entre abril de 2016 e abril de 2018. Esta demarcação compreende o período de um ano antes e um ano após o massacre de Pau D'Arco, que ocorreu em abril de 2017, e concentra o maior número de mortes em um único conflito por terra desde o conhecido episódio de Eldorado dos Carajás, também no Pará, em 1996. A singularidade do ano de 2017 é enfatizada ainda por registrar o maior do número de mortes por violência em disputas de terra desde 2003.

A perspectiva teórico metodológica deste trabalho busca analisar os materiais coletados através de fundamentações que tratam da produção de sentidos e das relações de poder que os discursos envolvem. A partir de estudos de Foucault, compreendemos que processos históricos configuram dadas relações de força e poder que se imprimem sobre a prática discursiva. O filósofo aponta para a construção ideológica dos discursos, questão que se mostra valiosa para as observações que a pesquisa se propõe.

Considerações trabalhadas por Foucault discorrem sobre conceitos de formação discursiva e discursos. No texto "A ordem do discurso", elaborado a partir de uma aula inaugural proferida no College de France, em dezembro de 1970, o autor expressa reflexões e investigações sobre a propriedade dos variados discursos exercerem funções de controle, limitação e validação das regras de poder de determinada sociedade ou grupo social onde estão inscritos. Podemos conceber a relevância do discurso que ele compreende ao expor

inquietação por sentir nessa actividade, quotidiana e banal, porém, poderes e perigos que sequer adivinhamos; inquietação por

suspeitarmos das lutas, das vitórias, das feridas, das dominações, das servidões que atravessam tantas palavras em cujo uso há muito se reduziram as suas rugosidades (FOUCAULT, 1970, p.2)

Para as investigações, nos fundamentamos também em parâmetros fornecidos pelo pensador Mikhail Bakhtin ao apresentar conceitos relevantes para o estudo da linguagem. A palavra é tomada como signo ideológico que permite compreender determinadas visões de mundo que se instituem no cotidiano. As palavras recebem valores dependendo de situações e das posições sociais que envolvem os sujeitos nos processos de interação.

Através da articulação do pensamento desses autores, compreendemos a linguagem como arena de disputa, onde são travadas lutas pelo poder de enunciar, e conseqüentemente, instituir sentidos e interpretações. Como Foucault nos esclarece, o discurso também se configura enquanto objeto de desejo pelo qual sujeitos e grupos competem

uma vez que o discurso — a psicanálise mostrou-o —, não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo; é também aquilo que é objecto do desejo; e porque — e isso a história desde sempre o ensinou — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos (FOUCAULT, 1970, p.2)

Tomamos, a partir dessas perspectivas, o discurso como objeto para reflexões. Considerando a historicidade do discurso, que quem diz alguma coisa sempre o faz a partir de algum lugar e com alguma intenção, e a partir das elaborações sobre linguagem e formas discursivas que estes teóricos conceberam, procuramos analisar especificidades dos discursos sobre as mortes em situações de conflito no campo, investigar possíveis aproximações e afastamentos de determinados discursos com outros que são produzidos e circulam nos dispositivos selecionados. Se trata aqui de correlacionar texto com contexto, ou seja, buscando vislumbrar os significados que revestem estas mortes em produtos informativos, devemos nos voltarmos para diversos aspectos de como os discursos são produzidos e como transitam. Reconhecemos, desta forma, que para compreender o sentido de um texto se faz necessário observar as condições e circunstâncias que envolvem sua produção e circulação.

8. REFERÊNCIAS

ARAUJO, I. S. **Mercado Simbólico**: um modelo de comunicação para políticas públicas. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 8, n. 14, p. 165-178, fev. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832004000100010&lng=pt&tlng=pt Último acesso em: 20 fev 2019.

ARAUJO, I. S.; CARDOSO, J. M. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

ARAUJO, I. S.; MOREIRA, A. L.; AGUIAR, R. **Doenças negligenciadas, comunicação negligenciada**. Apontamentos para uma pauta política e de pesquisa. RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.6, n.4 – Suplemento, Fev., 2013. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/706/1351> Acesso em: 20 fev 2019.

BARREIRA, C. **Crônica de um massacre anunciado**: Eldorado dos Carajás. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 13, n. 4, p. 136-143, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400015 Último acesso em: 20 fev 2019.

BARROS, I. F. **O agronegócio e a atuação da burguesia agrária**: considerações da luta de classes no campo. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 131, p. 175-195, Apr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n131/0101-6628-sssoc-131-0175.pdf> Acesso em: 20 fev 2019

BOURDIEU, P. **The political field, the social science field, and the journalistic field**. In: BENSON, R; NEVEU, E. (orgs.) Bourdieu and the journalistic field. Cambridge: Polity Press, 2005.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 13a ed., 2010.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Art. 186**. Capítulo III - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Último acesso em: 20 fev 2019.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (3ª Vara de Fazenda Pública). Sentença. **Ação Civil de Improbidade Administrativa - Violação aos Princípios Administrativos**. Nº 1023452-67.2017.8.26.0053. Código 62ª4355. Agravado: Ricardo de Aquino Salles, Roberta Buendia Sabbagh Ahlgrimm, Danilo Angelucci de Amorim, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Estado de São Paulo. Agravante: Ministério Público do Estado de São Paulo. Relator: Juíz Fausto José Martins Seabra. São Paulo, 19 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do> Último acesso em: 20 fev 2019.

BUTLER, J. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

BOFF, L. **Conflitos no campo, suas causas e possíveis saídas**. In: CANUTO, A.; LUZ, S. R. C.; ANDRADE, P. V. (orgs.) *Conflitos no Campo - Brasil 2016*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra (CPT Nacional), 2016, p.26-31. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/3727-conflitos-no-campo-brasil-2016> Último acesso em: 20 fev 2019.

COSME, C. M. **Luta camponesa, indígena e quilombola face à barbárie do agronegócio no Brasil: a contrarreforma agrária se aprofunda em tempos-espaços de golpe**. In: CANUTO, A.; LUZ, S. R. C.; ANDRADE, P. V. (orgs.) *Conflitos no Campo - Brasil 2017*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra (CPT Nacional), 2018, p. 96-108. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4371-conflitos-no-campo-brasil-2017> Último acesso em: 20 fev 2019.

CARDOSO, J. M. **Entre Vítimas e Cidadãos: risco, sofrimento e política nas narrativas do JN sobre as epidemias de dengue**. 2012. 226f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO. **Massacres no Campo**. Página da internet. Comissão Pastoral da Terra, 2017. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/mnc/> Último acesso em: 20 jan 2019.

CHAUI, M. **Cultura política e política cultural**. *Estud. av. São Paulo*, v. 9, n. 23, p. 71-84, abril de 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000100006&script=sci_arttext Último acesso em: 20 fev 2019.

FACEBOOK. **Juventude Sem Terra – Pará**. Página criada em 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/juventudesemterra/> Último acesso em: 20 fev 2019.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3ª ed, São Paulo: Loyola, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD) 2016**. Brasil: 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/c62c9d551093e4b8e9d9810a6d3baff.pdf Último acesso em: 20 fev 2019

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (PBSP). **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf Último acesso em: 20 fev 2019.

LEITE, T. C. **Sobre jornalistas e médicos: relações, contextos e mediações.** 2016. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/25316> Último acesso em: 20 fev 2019.

MATTOS, M. A.; JUNIOR, J. J.; JACKS, N. (Orgs). **Mediação e Mdiatização.** Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Salvador: EDUFBA, Brasília, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Relatório da 8ª Conferência Nacional de Saúde, 1986. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8_conferencia_nacional_saude_relatorio_final.pdf Último acesso em: 08 maio 2019.

NETVIZZ. Aplicativo do Facebook. Versão 1.6, 2018.

NEVES-SANTOS, S.; FERREIRA, J.; LEMES, L. R.; BARROS, C. G. P. **A palavra ideologia como arena de luta simbólica: imagens sociais de língua (portuguesa) e objeto de ensino escolar.** Cuiabá: Polifonia, v. 20, n. 27, p. 107-128, jan./jun., 2013. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/download/717/1111> Último acesso em: 20 fev 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **World health statistics 2018: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals.** Geneva: World Health Organization; 2018. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/272596/9789241565585-eng.pdf?ua=1&ua=1> Último acesso em: 20 fev 2019.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRA, COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (Intervozes). **Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil.** 2017. Disponível em: <http://quemcontrolaamidia.org.br> Último acesso em: 20 fev 2019.

RIBEIRO, A. P. G. **A mídia e o lugar da história.** Lugar Comum (UFRJ), n.11, p. 25-44, 2000.

SALLES, R. **Entrevista Ricardo Salles.** [junho 2018]. Entrevistadora: Maria Lydia Flândoli. Jornal da Gazeta. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q324HeAEA-0> Último acesso em: 20 fev 2019.

SODRÉ, M. **As estratégias sensíveis da mídia: afeto, mídia e política.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

TORRES, R. M. M. **Estado, comunicação e cidadania: diálogos pertinentes sobre a relação entre direito à saúde e direito à comunicação.** 2012. 261 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6515> Último acesso em: 20 fev 2019.

Tiragem impressa dos maiores jornais perde 520 mil exemplares em 3 anos. Poder 360, 2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/tiragem-impressa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos/> Último acesso em: 20 fev 2019

TROCATE, C. **Entrevista.** In: ELDORADO DOS CARAJÁS: 10 anos. Direção de Pepe Pereira dos Santos. Brasil: MST, 2006. 41min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FuolKuOem8I&t=2103s> Último acesso em: 20 fev 2019.